

O DESENVOLVIMENTO E A EVOLUÇÃO DA ESCRITA: O PAPEL DO PROFESSOR COMO MEDIADOR PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES

Camila do Rosario Silva Barreto (UENF)

camiladorsbarreto@gmail.com

Nayara Felicíssimo Amaral (UENF)

nayaraamaral199@hotmail.com

Sibele Souza Rodrigues (UENF)

sibele_rodrigues@hotmail.com

Clodoaldo Sanches Fofano (UENF)

clodoaldosanches@yahoo.com.br

RESUMO

No início da história humana, o homem, para atender às suas necessidades, começou a se comunicar por meio de desenhos, e com a evolução, com o passar dos anos, veio a escrita. A escola, por meio do professor, possui fundamental importância na formação do indivíduo. O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre a origem e o desenvolvimento da escrita. Apresentar a ligação que existe entre a leitura e escrita, e o professor como peça fundamental na formação de leitores críticos. Quanto à metodologia, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de base qualitativa, tendo como autores mais relevantes Freire (2013; 1989; 1921), Soares (2004), Ficher (2009), Geraldi (2011) e Bagno (2009). A partir das informações apuradas pode-se concluir que muito se mudou desde o início da história em que o homem, para se comunicar, utilizou-se de tecnologias para deixar seus registros. A escrita é de fundamental importância para que haja essa comunicação entre os seres. E o professor é indispensável nesse processo, sendo mediador na formação humana.

Palavras-chave:

Evolução. Formação de leitores. Professor mediador.

ABSTRACT

In the beginning of human history, man, to meet his needs, began to communicate through drawings and with evolution, over the years, came writing. The school, through the teacher, has fundamental importance in the formation of the individual. This work aims to discuss the origin and development of writing. To present the connection that exists between reading and writing, and the teacher as a fundamental element in the formation of critical readers. As for the methodology, a qualitative based bibliographic search will be carried out, with the most relevant authors Freire (2013; 1989; 1921), Soares (2004), Ficher (2009), Geraldi (2011) and Bagno (2009). From the information gathered, it can be concluded that a lot has changed since the beginning of history in which man, in order to communicate, used technologies to leave his records. Writing is of fundamental importance for there to be this communication between beings. And the teacher is indispensable in this process, being a mediator in human formation.

Keywords:
Evolution. Mediating teacher. Readers training.

1. Introdução

A língua falada antecede, há muito tempo, como forma de sistematização de símbolos que, *grosso modo*, constitui a escrita. Ou seja, muito antes de se pensar em fixar histórias em paredes, como nas pinturas rupestres, as histórias eram transmitidas oralmente e com todo o dinamismo inerente à língua falada. Contudo, quando foram descobertos indícios das primeiras civilizações, percebeu-se que os seres humanos, desde muito cedo, sentiram a necessidade de deixar os seus registros, e mesmo sem perceberem a complexidade de tais ações, fizeram suas histórias por meio de registros de sua existência. Essa busca da humanidade em se conhecer e sua demanda em se desenvolver, deixou muito material, no qual ensinaram muitas pesquisas.

À medida que a língua escrita foi se desenvolvendo, houve uma apropriação dos códigos que a conformam, transformando-a em um mecanismo de poder, no qual situa a escrita em um engenhoso aparato cultural, político, territorial, econômico e educacional da classe dominante. Todo esse aparato por trás da língua escrita a torna artificial, necessitando de instrumentos próprios para sua compreensão. Muitas culturas têm seus saberes e tradições calcados na oralidade e constantemente veem o seu conhecimento ser desprestigiado e marginalizado por conta dessa lógica.

Um educando de uma camada social menos favorecida, ao ser apresentado a uma realidade díspar, por exemplo, um texto longe de seu cotidiano, possivelmente encontrará mais dificuldades em interpretar e definir uma certa criticidade. Em contrapartida, alguém proveniente de uma camada social mais abastada, cujos hábitos de leitura e escrita estão presentes em suas vivências diárias, desde a mais tenra idade, e o conteúdo a ele apresentado é mais diversificado do que nos estratos sociais menos favorecidos, já que lhe são oferecidas mais vantagens ao longo do processo de ensino aprendizagem, colocando em xeque a questão da meritocracia.

No entanto, para que o processo de aprendizagem da leitura e da escrita se desenvolva, com vista a contemplar as fases do processo de alfabetização e letramento, devem ser levadas em consideração as especi-

ficidades presentes em cada uma dessas etapas. É importante não incorrer em um equívoco comum de acreditar que a alfabetização e letramento compartilham do mesmo conceito. Entretanto, deve-se salientar que ambas devem ocorrer de forma concomitante, mas não haverá fusão entre elas, porém interdependência.

É imprescindível destacar a função social da escola e o quanto esta pode contribuir para a perspectiva da inclusão social e da equidade entre os povos. Importa salientar, também, que o professor, na condição de agente mediador possui papel primordial para a construção do protagonismo dos educandos como autores de suas histórias. E que o ambiente escolar deve ser vivenciado como um *locus* de reflexão para a formação da criticidade auxiliando o exercício da cidadania.

Embora haja uma diversidade cultural nas salas de aula, o que de fato ocorre, é uma falsa democratização do ensino, já que todos são tratados de forma homogênea, a partir da valorização de padrões culturais eurocêntricos. Isso destoaria da função social da escola e de sua responsabilidade com a formação humana, de modo a integrar o aparato que intensifica a segregação social.

A escola, junto com o professor, que é o mediador do processo de ensino e aprendizagem e membro da comunidade escolar devem buscar meios de incentivo, a fim de promover hábitos de leitura com o escopo de contribuir para o desenvolvimento da criatividade, assim como, para a formação da criticidade, bem como funcionar como uma facilitadora no processo de socialização do aluno. No entanto, as práticas saudáveis de leitura são fundamentais para a aprendizagem da escrita e contribuem, de forma positiva, para o processo de interpretação de textos. Além disso, possibilita novos conhecimentos, permitindo a ampliação do repertório linguístico e favorecendo a aprendizagem de conteúdos específicos.

A universidade possui papel crucial na formação de professores, a qual deve ser calcada na *práxis* e na função social da educação. Logo, é essencial uma formação comprometida com o ensino e a aprendizagem dos educandos, articulada na teoria e na prática, fundamentada sempre na realidade e nos múltiplos aspectos que a conformam. Ademais, o educador tem papel central como mediador na construção do protagonismo do aluno, como autor de sua própria história, levando-se em consideração a gama de conhecimentos que esse estudante carrega para a sala de aula, em virtude de suas experiências no convívio social.

Ante o exposto, o presente artigo teve como objetivo discorrer sobre a origem e o desenvolvimento da escrita. Apresentar a ligação que existe entre a leitura e escrita, e o professor como peça fundamental na formação de leitores críticos.

Quanto à metodologia, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de base qualitativa, tendo como autores mais relevantes Freire (2013, 1989, 1921), Soares (2004), Ficher (2009), Geraldi (2011) e Bagno (2009), dentre outros. A partir das informações apuradas pode-se concluir que muito se mudou desde o início da história em que o homem, para se comunicar, utilizou-se de tecnologias para deixar seus registros. A escrita é de fundamental importância para que haja essa comunicação entre os seres. E o professor é indispensável nesse processo, sendo mediador na formação humana.

2. *A evolução da escrita: apontamentos basilares*

Desde os primórdios da civilização humana, são encontrados vários registros deixados pelo homem com o objetivo de registrar sua marca na história. Ao analisarmos, por exemplo, as pinturas rupestres, é possível constatar que, inicialmente, a escrita não era como observamos hoje, a maioria dos elementos eram apresentados basicamente por meio de desenhos gráficos que representavam o que se pretendia mencionar ou demonstrar. Em virtude das diversas transformações vivenciadas nesse período, emergiu a escrita. Entretanto, estudiosos do assunto acreditam que ela é proveniente de um processo lento de construção que envolve a contribuição de vários fatores e de inúmeros povos durante milhares de anos.

De acordo com Ficher (2009), a escrita representa, por meio da grafia, o modo expressivo da fala. Nesse sentido, à medida que a civilização que implementou tal sistema de comunicação foi evoluindo, houve a necessidade de ferramentas mais precisas para os seus registros e, por conseguinte, o seu aperfeiçoamento, o qual passou por vários processos, decorrentes das necessidades apresentadas em cada fase do desenvolvimento social, até chegar à escrita nos moldes que temos atualmente.

As dinâmicas sociais das escritas são abordadas em cada estágio. Desde *homo erectus*, homínídeos parecem se distinguir de outras criaturas ao formarem sociedade baseada na fala. O que agora distingue o *homo sapiens* moderno é uma sociedade global baseada sobretudo na escrita. (FICHER, 2009, p. 9)

Ficher (2009) destaca que em países cuja maioria dos falantes é analfabeta a escrita mostra-se não tão difundida. Se desdobrando disso vários impactos linguísticos e sociais, o que é considerado um grande problema na esfera educacional mundial. Todavia, no que concerne às sociedades mais desenvolvidas, sobretudo, as mais acentuadas pelas classes dominantes, a escrita evidencia-se como meio indispensável, menos importante apenas que o domínio da fala.

Na atual conjuntura, grande parcela da população mundial faz uso da escrita nos diversos espaços sociais, pois em virtude da versatilidade da escrita – representada por meio da grafia – a sociedade se modifica, possibilitando emancipação e autonomia por parte dos seus usuários. Assim, a escrita ganharia destaque como ferramenta primordial para a comunicação humana, tornando-se objeto de encantamento para estudiosos e pesquisadores da área de educação e linguística (FICHER, 2009).

Chartier (1988) considera a leitura e todas as demandas atinentes a ela como variações históricas de apropriação, destacando que se compararmos as práticas de leituras, compreensão e interpretação do texto, bem como as interações e reflexões a respeito do que se é lido, demonstram a perspectiva social que o indivíduo ocupa na sociedade.

A apropriação, tal qual aprendemos tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para a suas determinações fundamentais (que são sociais institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem (CHARTIER, 1988, p. 26)

No que se refere à interpretação e ao significado do que é lido, o autor concebe que, em grande parte, serão provenientes das vivências e das práticas de leitura empregadas pelo leitor. Asseverando, também, que uma pessoa inserida em um contexto social menos favorecido, ao avaliar um texto a ela apresentado, encontrará mais dificuldades em interpretar e definir uma certa criticidade, do que alguém proveniente de uma camada social mais abastada, cujas práticas de leitura e escrita estão presentes na vida cotidiana, e o conteúdo vivenciado é mais diversificado.

Kleiman (2002) afirma que o emprego de estruturas típicas da escrita podem ser um grande gerador de dificuldades para a interpretação de determinado texto por parte de leitores considerados não proficientes. Segundo a autora, conforme são apresentadas ao aluno informações fora do seu contexto social, ou grande parte das palavras mencionadas também são de desconhecimento do leitor, a compreensão do texto desvela-

se praticamente inconcebível, à medida que a sua escrita se apresenta de forma complexa e sem sentido para quem está lendo.

No decorrer das últimas décadas, tem-se evidenciado, de forma mais frequente, que para proporcionar uma formação completa e indispensável aos nossos educandos, estímulos devem ser cultivados desde os anos iniciais da Educação Básica; e, para tal assertiva, é essencial que exista um paralelo saudável entre a leitura e a escrita, processo indispensável para pensar em escrita coerente e formação de leitores críticos.

Bagno (2007) ressalta que a língua escrita participa de forma artificial no texto, sobretudo para as camadas menos favorecidas da sociedade, destacando ainda ser necessário o uso de mecanismos específicos para a sua consolidação prática, portanto, de difícil compreensão aos que não fazem uso dela com a frequência necessária e nem compreendem as regras estipuladas para uma escrita no seu registro formal.

A língua escrita, por seu lado, é totalmente artificial, exige treinamento, memorização, exercício, e obedece a regras fixas, de tendência conservadora, além de ser uma representação não exaustiva da língua falada. (BAGNO, 2007, p. 25)

Segundo o autor, além de seguir parâmetros de abordagens extremamente conservadores, cujas bases para a sua formação são predominantes das classes dominantes, as regras de escrita são padronizadas e exigem que ao fazer o seu uso, o falante recorra a utilização de artifícios como destreza, arquivamento de informações, prática de escrita e obediência às regras ortográficas fixadas para a produção de textos escritos.

Autores como Soares (2004) apontam os equívocos e as contradições que são decorrentes do processo de aprendizagem enfrentados pelos sistemas educacionais de ensino e asseguram que muitos educadores pensavam que o processo de alfabetização é efetuado, apenas, quando o aluno aprende, de maneira convencional, o alfabeto e a ortografia, desconsiderando as especificidades presentes no decurso de cada fase do processo de aprendizagem da leitura e da escrita.

Consonante a autora, o sistema de ensino não leva em consideração a bagagem que a criança traz de casa, o contexto social vivenciado pelos educandos, o vocabulário utilizado no seu ambiente familiar, dentre outros aspectos. Com isso, a alfabetização perde seu sentido próprio, e sem perceber, todos os esforços vigoram, apenas, em torno do processo de letramento do aluno. Segundo Soares (2004, p. 15), devem ser levados em consideração todos os fatores internos e externos à aprendizagem.

Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização. concepção “tradicional” de alfabetização, traduzida nos métodos analíticos ou sintéticos, tornava os dois processos independentes, a alfabetização – a aquisição do sistema convencional de escrita, o aprender a ler como decodificação e a escrever como codificação – precedendo o letramento – o desenvolvimento de habilidades textuais de leitura e de escrita, o convívio com tipos e gêneros variados de textos e de portadores de textos, a compreensão das funções da escrita. (SOARES, 2004, p. 15)

Soares (2004) assevera como fundamental o reconhecimento das especificidades presentes no processo de alfabetização e que seu desenvolvimento deve ocorrer no mesmo contexto do letramento, sendo necessárias metodologias distintas para o desenvolvimento pleno de cada um. Cumpre enfatizar, ainda, que separar alfabetização de letramento é uma atitude equivocada, assevera a autora, que acarretará uma série de disparidades a essa etapa tão crucial do ensino. No que concerne às concepções pertinentes aos profissionais da educação, tais como: psicólogos, linguistas e psicolinguistas, o processo de alfabetização e letramento ocorrem de maneira simultânea, ou seja, pela inserção do indivíduo no universo da escrita convencional e pela aquisição de mecanismos necessários às práticas de leitura e escrita, construídos nas relações de convívios sociais que fazem uso da linguagem ortográfica.

Em síntese, o que se propõe é, em primeiro lugar, a necessidade de reconhecimento da especificidade da alfabetização, entendida como processo de aquisição e apropriação do sistema da escrita, alfabético e ortográfico; em segundo lugar, e como decorrência, a importância de que a alfabetização se desenvolva num contexto de letramento – entendido este, no que se refere à etapa inicial da aprendizagem da escrita, como a participação em eventos variados de leitura e de escrita, e o conseqüente desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e da escrita nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, e de atitudes positivas em relação a essas práticas; em terceiro lugar, o reconhecimento de que tanto a alfabetização quanto o letramento têm diferentes dimensões, ou facetas, a natureza de cada uma delas demanda uma metodologia diferente, de modo que a aprendizagem inicial da língua escrita exige múltiplas metodologias, algumas caracterizadas por ensino direto, explícito e sistemático – particularmente a alfabetização, em suas diferentes facetas – outras caracterizadas por ensino incidental, indireto e subordinado a possibilidades e motivações das crianças; em quarto lugar, a necessidade de rever e reformular a formação dos professores das séries iniciais do ensino fundamental, de modo a torná-los capazes de enfrentar o grave e reiterado fracasso es-

colar na aprendizagem inicial da língua escrita nas escolas brasileiras. (SOARES, 2004, p.16)

Nessa perspectiva, a autora enfatiza que é factível a representatividade do indivíduo em todo o processo de desenvolvimento e da aquisição das habilidades pertinentes ao uso da escrita, mas também é evidenciado, de maneira enfática, a relevância do professor, assim como a demanda por metodologias diferenciadas que contribuam para a formação do aluno em todos os sentidos, o incentivo às práticas de leitura e escrita, bem como a reformulação e capacitação de professores e suas práticas de ensino, para que os objetivos traçados, de fato, sejam alcançados, a fim de sanar as dificuldades enfrentadas pelas escolas no processo de ensino e aprendizagem da língua escrita e o sentimento de incapacidade que é comum tanto aos professores quanto aos alunos brasileiros.

3. O papel da escola e as suas contribuições para a formação de leitores e escritores proficientes

No decurso das profundas discrepâncias sociais que são evidenciadas no âmbito escolar brasileiro, vários estudiosos da educação trabalham em prol do alcance da qualidade educacional almejada que promova, de fato, a formação de homens e mulheres conscientes de seus direitos e deveres como cidadãos conscientes, politizados e protagonistas de suas ações. Nessa perspectiva, verifica-se uma sociedade cada vez mais competitiva e desigual, em que o papel social da escola deve ser orientado à formação de leitores críticos e cidadãos éticos e responsáveis pelas melhorias necessárias ao ensino da leitura e da escrita, de modo a minimizar as desigualdades sociais tão marcantes na nossa sociedade e as mazelas enfrentadas pela nossa população no contexto escolar (GERALDI, 2011).

Sobre tais aspectos, acerca da perspectiva escolar, Geraldi (2011) evidencia que as marcas dessas disparidades estão bem acentuadas e podem ser encontradas em toda parte, pois se refletem e estão submersas nas diversas camadas da nossa sociedade, adentrando também, aos portões das nossas escolas. Para tal, pode-se ratificar a escola como forte aliada de incentivo à implementação do uso de novas práticas de leitura e escrita pelos professores e alunos dentro e fora das escolas brasileiras, em virtude do papel estratégico da educação como forte agente de inclusão e da tão almejada equidade.

Dentro desse leque informativo, Geraldi (2011, p. 17) preconiza que:

Muitas vezes a escola esquece que educação é um problema social, e encara-o como problema pedagógico. Sem o menor respeito pelas condições de vida de seus freqüentadores, impõe-lhes modelos de ensino e conteúdos justamente produzidos para a conservação dessa situação injusta, indecente, que esboçamos anteriormente. Sem fazer a crítica verdadeira, histórica, do saber que coloca aos alunos, a escola considera todo e qualquer conteúdo válido, muitas vezes baseado em preconceitos, ignorâncias, verdades incontestáveis, dogmáticas. E assim vemos muitos professores de português, tragicamente, ensinando análise sintática a crianças mal alimentadas, pálidas, que acabam, depois de aulas onde não faltam castigos e broncas, condicionadas a distinguir o sujeito de uma oração. Essas crianças passarão alguns anos na escola sem saber que poderão acertar o sujeito da oração, mas nunca serão o sujeito das suas próprias histórias. (GERALDI, 2011, p. 17)

O autor destaca que tais lacunas educacionais e sociais emergem em virtude das recorrentes e profundas desigualdades presentes no Brasil. Conforme Geraldi (2011), a escola possui papel fundamental na formação humana, entretanto, fica evidente, na fala do autor, o quanto o ambiente escolar tem se apresentado de forma segregadora e indiferente às mazelas sociais da nossa população.

Bagno (2009) compreende que ensinar com eficiência reflete no respeito às vivências e às realidades do seu corpo discente. Destarte é necessário o reconhecimento da identidade do aluno, da sua língua, da sua cultura, em que a escola tem o papel de valorizar os conhecimentos prévios dos estudantes, indispensáveis à construção de novos conhecimentos, entendendo que o público escolar traz, ao chegar ao ambiente educacional, uma bagagem riquíssima, construída no decurso de sua trajetória.

O respeito, o reconhecimento ao diferente e a parceria entre a escola, a família e o sujeito em construção serão o diferencial na formação do alunado e o gosto que esse irá adquirir pela leitura e pela escrita. A escola deve ensinar para o bem, de modo a proporcionar aos alunos uma formação completa e capaz de prepará-los para a vida (BAGNO, 2009).

De acordo com Bagno (2009) o educando deve sentir-se acolhido no ambiente escolar, e todos os envolvidos no processo de aprendizagem da escrita e da leitura devem considerá-lo como um escritor em ascensão, dando-lhe subsídios necessários ao seu desenvolvimento e às suas próprias construções; segundo o autor, o aluno tem que ser o protagonista da sua aprendizagem; mas, acima de tudo, o autor da sua própria história.

Não obstante, é essencial que exista a preocupação escolar sobre quais conteúdos têm sido apresentados aos alunos, levando em consideração as características que diferem a linguagem utilizada entre as camadas mais abastadas da sociedade e a proveniente dos estratos menos favorecidos. Estes fatores contribuem para que, de fato, a escola possa se destacar como uma porta de acesso e incentivo à leitura de vários gêneros textuais, identidades e culturas, assim como a democratização de informações, para que todos possam ter acesso a uma educação digna, igualitária e de qualidade. As escolas brasileiras devem preocupar-se, também, com os diversos grupos sociais contemplados pelos sistemas escolares brasileiros, bem como com as práticas de ensino empregadas por ela, visando beneficiar toda população, o que deve ser objetivo comum tanto no âmbito educacional quanto social (GERALDI, 1999).

A democratização da escola, ainda que falsa, trouxe em seu bojo outra clientela e com ela diferenças dialetais bastante acentuadas. De repente, não damos aulas só para aqueles que pertencem a nosso grupo social. Representantes de outros grupos estão sentados nos bancos escolares. E eles falam diferente. (GERALDI, 1999, p. 35)

Diante da realidade enfrentada por muitos estudantes brasileiros dentro do ambiente escolar, local que deve ser destinado ao ato de construir e produzir conhecimento e para o desenvolvimento integral do indivíduo, Geraldi (1999) destaca que estamos enfrentando um período de crise muito grave no ensino da língua, em virtude da pluralidade linguística que o país é composto. Isso fica claro, segundo o autor, pelo baixo grau de desenvolvimento linguístico apresentado pelos alunos brasileiros, sobretudo o público jovem escolar, evidenciado nas produções escritas e orais dos alunos.

De acordo com o autor, as dificuldades encontradas pelos alunos brasileiros, para construírem a leitura como fruição, e pelos professores que também ressaltam os percalços enfrentados por eles no processo de ensino, representam um fracasso eminente do sistema de ensino da língua portuguesa no país. Para Geraldi (1999), a escola deve levar em consideração as variedades linguísticas presentes no contexto escolar, assim como devem ser encontrados novos mecanismos em prol de uma real democratização da escola.

Consonante Prado (1996), o gosto pela leitura é proveniente de atitudes individuais; não obstante, coletivas e sociais, e é atribuição da escola implementar meios para incentivar o hábito de ler em seus alunos, já que a leitura desenvolve a criatividade, assim como contribui para

formação da criticidade e da sociabilização no leitor, pois, mediante práticas de leitura, aprende-se a ler, a interpretar, e também a escrever.

Logo, podemos concordar com Freire (1989), ao ressaltar acerca da importância de trabalhar práticas de leituras desde as fases de alfabetização e letramento. O autor propõe que a leitura funcione como um meio de ligação entre o autor e o leitor, entre as vivências do leitor com o texto vivo. O autor propõe uma metodologia de ensino com base na mediação interativa, a fim de promover o diálogo entre escritores e leitores.

4. Importância do professor na formação do aluno leitor

Sabemos que a leitura seguida da escrita é fundamental para a evolução do indivíduo. Sendo uma das principais ferramentas facilitadoras da comunicação. Práticas de leitura e escrita são essenciais para ampliarmos o nosso vocabulário e subsidiarem a construção da criticidade. A leitura amplia nossos conhecimentos e nos dá uma outra visão de mundo, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos e aprimorar a escrita. Ao ler, o indivíduo adquire maior repertório, ampliando e expandindo seus horizontes.

É de suma importância que o professor seja o agente motivador dos alunos, ensinando-os e mostrando-os na prática o quanto é essencial à formação humana praticar a leitura. Em decorrência disso, o educador tem a oportunidade de aguçar o lado leitor e escritor de forma mais sensível e imaginativa, estimulando o sujeito a ir além de suas interpretações. Entretanto, é preciso cuidado ao trabalhar com essa temática, pois ao invés de ser o agente motivador o docente, pode se tornar o agente desmotivador. Dessa forma, o docente deve buscar entender o mundo do aluno, observando se há o prazer pela leitura, por isso, o professor tem que ter um diálogo aberto com o educando, buscando entender o que de fato ele gosta de ler, a fim de que esse momento seja profícuo para a sua formação.

Segundo Riter (2009), o professor que busca formar o leitor literário possui três importantes funções. A primeira demanda envolve o leitor na história, a fim de torná-lo mais próximo do texto, propiciando a vivência literária a partir da escuta, com o escopo de estimular o aluno a se tornar um contador de histórias. Uma segunda função do professor é ser um guia do estudante na biblioteca, sugerindo livros para seus alunos,

orientando-os na leitura, realizando eventos atrativos, como feira do livro, saraus literários, horas do conto, *verbi gratia*.

O docente precisa ser o mediador entre o livro e o discente, ajudando o educando a perceber as múltiplas possibilidades dos livros. É tarefa do professor explicitar ao educando a ausência de um sentido único para cada texto, de modo a auxiliá-lo no processo de leitura e escrita. Destacando que estas consistem em poderosas ferramentas de reivindicação social, instrumentos que auxiliam o exercício da cidadania e expressão de ideias e emoções (FREIRE, 1989).

A universidade possui papel crucial na formação de professores, na qual, de acordo com Gadotti (1995), deve ser calcada na *práxis* e na função social da educação. A academia tem o papel de formar educadores sensíveis aos diversos aspectos da realidade, aos diferentes saberes que estão na base de vários modos de vida, muitas vezes totalmente bem distintos ao do futuro profissional. Ensinando a partir do conhecimento do educando e de suas vivências, de modo a estimular a curiosidade dos discentes, a partir de um estreito diálogo com a mencionada *práxis* (GADOTTI, 1995).

Freire (1989, p. 12) assevera que:

[...] muito de nossa insistência, enquanto professoras e professores, em que os estudantes “leiam”, num semestre, uns cem- número de capítulos de livros, reside na compreensão errônea que às vezes temos do ato de ler. Em minha andariagem pelo mundo, não foram poucas as vezes em que jovens estudantes me falaram de sua luta às voltas com extensas bibliografias a serem muito mais “devoradas” do que realmente lidas ou estudadas. Verdadeiras “lições de leitura” no sentido mais tradicional desta expressão, a que se achavam submetidos em nome de sua formação científica e de que deviam prestar contas através do famoso controle de leitura. [...] A insistência na quantidade de leituras sem o devido adentramento nos textos a serem compreendidos, e não mecanicamente memorizados, revela uma visão mágica da palavra escrita. Visão que urge ser superada. A mesma, ainda que encarnada desde outro ângulo, que se encontra, por exemplo, em quem escreve, quando identifica a possível qualidade de seu trabalho, ou não, com a quantidade de páginas escritas. No entanto, um dos documentos filosóficos mais importantes de que dispomos. As teses sobre Feuerbach, de Marx, tem apenas duas páginas e meia... (FREIRE (1989, p. 12)

O autor destaca que o professor deve estar atento aos alunos que realmente leem o texto e que conseguem, de fato, interpretá-lo, de modo a compreender os significados contidos nas obras. No entanto, ressaltou a exigência da leitura de textos extensos, os quais podem vir a desestimular

os educandos que devoram os livros sem reflexões críticas sobre os temas abordados. Acerca das teses de Feuerbach, de Marx, Freire chamou atenção para a questão do conteúdo, não importando, assim, o número de páginas nos escritos.

Nesse contexto, pode-se dizer que o professor é um grande formador de opinião e, em virtude dessa aptidão, ele pode implementar conceitos de leitura e escrita na prática diária, gerando leitores ativos. Esta perspectiva está concatenada à atribuição já mencionada à escola, que visa a implantar meios para incentivar hábitos de leitura aos educandos, com vista a desenvolver a criticidade (PRADO, 1996). E o educador como integrante da comunidade escolar e mediador do processo educativo é um dos representantes da unidade de ensino.

Nesse diapasão, ressalta-se que é por intermédio da leitura compartilhada, que consiste em contar uma história em voz alta, de forma que toda a turma participe, que ocorre um exemplo de estímulo a leitura. O educador pode se utilizar também da leitura livre, em que vários livros ficam separados e cada aluno pode levar um exemplar para casa. Esses são alguns exemplos de como trabalhar com a leitura e indiretamente, com a escrita, uma vez que, o fato de o estudante levar um livro para casa poderá motivá-lo a ler diversos títulos. E ao final do ano é possível, após a leitura de várias histórias, uma provável ampliação do seu vocabulário, a qual tende a reverberar no desempenho da sua escrita.

Destarte, o professor é um forte agente de transformação social, com vista à construção do protagonismo do educando e à prática da leitura e da escrita, possuindo um papel de destaque nessa empreitada. Essa visão do educador como agente transformador está de acordo, com a defendida por Freire (2013, p. 100): “(...) Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais (...)”. Ante o exposto, é de fundamental importância que o docente leve em consideração a realidade vivenciada por seus alunos e que, mediante o seu papel formador, busque construir em conjunto com a comunidade escolar meios de valorização da cultura e dos saberes locais que repercutem na autoestima desses educandos e de seus familiares.

5. Conclusão

Refletindo acerca do processo de aprendizagem da leitura e da escrita, torna-se evidente a problemática enfrentada pelo ensino da língua portuguesa no nosso país, sendo evidente que diversos fatores contribuem para a formação deste quadro. Como, por exemplo, a não valorização das diversas culturas e a diversidade linguística do nosso país.

Neste intento, o presente trabalho contemplou como o desenvolvimento e a evolução do processo de aprendizagem da leitura e da escrita contribuem para a formação de leitores críticos, com base na mediação e no incentivo do professor e da escola. Dessa forma, observando a grande relevância do professor como formador de opinião, destaca-se que este, em conjunto com a escola e demais atores da comunidade escolar, devem buscar mecanismos de incentivo à leitura e à escrita. Contudo, deve-se também enfatizar que isso precisa ser realizado de modo a considerar o repertório cultural dos educandos, partindo do contexto social no qual estão inseridos.

Compreende-se que o professor deve estar atento a subsidiária empreitada educativa, para que suas contribuições sejam direcionadas a motivar os alunos, quando necessário, uma vez que, ao invés de um agente motivador, pode tornar-se um agente desmotivador da leitura, por meio de abordagens inadequadas, como a utilização de livros com contextos muito distantes, linguagens e grafias desconhecidas, sem diálogo com as vivências dos educandos ou sem nenhuma apresentação prévia a estes, com as devidas contextualizações.

Destarte, constata-se a íntima relação do exercício da cidadania com o domínio da leitura e da escrita. Nesse sentido, as classes dominantes ao perceberem o potencial dessas ferramentas como poderosos instrumentos de poder, apropriam-se delas a partir de um complexo aparato cultural, político, territorial, econômico e educacional. Como potencial de perpetuar e intensificar ainda mais o abismo social existente entre as camadas mais favorecidas no tecido social e as menos abastadas. Com vista, assim, a manter o *status quo* ou modificá-lo, conforme seus interesses, confrontando diversas pessoas, as quais foram marginalizadas pelo aparato. Isto posto, é de interesse desta classe dominante que os educandos não se percebam como sujeitos históricos e políticos, para, de tal modo, não terem proporção da força que cidadãos participativos, críticos e atuantes possuem em um Estado Democrático de Direito. Ou,

ao menos, o que eles deveriam ter materialmente e não apenas garantias no plano formal das leis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico: o que é como se faz*. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007,

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo)

_____. Considerações em torno do ato crítico de estudar. In: _____. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 9-12

FICHER, Steven Roger. *História da escrita*. Trad. de Mirna Pinsky. _ São Paulo: UNESP, 2009.

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Práxis*. São Paulo: Cortez, 1995.

GERALDI, Wanderley. *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 2011

KLEIMAN, Angela. *Oficina de leitura: teoria e prática*. 9. ed. Campinas-SP: PONTES, 2002.

NACISMENTO, G. Os (des)caminhos da formação humana. In: BOTTINO, A.G; ARAÚJO, R.C. (Org.). *Saberes plurais*. 1. ed. Vila Velha-ES: Opção, 2012. p.71-83

PRADO, Maria Dinorah Luz do. *O livro infantil e a formação do leitor*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, Jan /Fev /Mar /Abr 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>. Acesso em: nov 2020.

Ritter, Caio. *A formação do leitor em casa e na escola*. São Paulo: Biruta, 2009.